

Esquerda se une contra aumento 23

BRASÍLIA — As lideranças dos partidos de esquerda (PDT, PT, PSB, PSDB e PCB) decidiram, em reunião ontem, formar uma barreira contra os parlamentares que pretendem obter reajuste de 38 por cento em seus vencimentos sem submeter a questão ao plenário da Câmara. A estratégia dos parlamentares que desejam o reajuste é encaminhar requerimento à Mesa, o que pode resultar na concessão do aumento (que é garantido pela Constituição e foi sustado), sem chamar a atenção da opinião pública.

Os deputados que integram os cinco partidos que se reuniram ontem ameaçam denunciar aqueles que se valerem do expediente. O aumento de 38 por cento está amparado pelo Decreto Legislativo 72, do ano passado, que garante um mesmo reajuste a todos os servidores públicos. Um projeto de lei do Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), já aprovado pelo Senado, propõe, entretanto, a não aplicação do Decreto 72, como forma de ajudar a Nação no combate ao déficit público e à inflação.

— É legal mas não é moral aplicar esta lei no momento em que há congelamento de salários e, principalmente, depois que não fomos capazes de derrubar o veto do Presi-

dente Sarney ao projeto que aumentava o salário mínimo para NCZ\$ 139,00 — argumentou o Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

Wilson Campos (PMDB-PE), que presidiu parte da sessão da Câmara, disse ter recebido ofício com 138 assinaturas pedindo o reajuste, mas garantiu ao Deputado Paulo Paim (PT-RS) que a Mesa rejeitara o pedido e qualquer aumento de subsídios só seria decidido com total transparência.

O Primeiro Vice-Presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), assegurou que as assinaturas no documento que pede reajuste já passam de 200. Ele não quis divulgar os nomes dos signatários, sob a alegação de que a Mesa ainda vai discutir a questão. Revelou, entretanto, que há assinaturas também de integrantes de partidos de esquerda.

Ontem, deputados ocuparam a tribuna para defender a manutenção dos salários dos parlamentares congelados nos atuais NCZ\$ 4,2 mil, mas poucos deixaram de salientar que seus vencimentos estavam defasados.

— Mais do que defasado está o salário mínimo e não fomos capazes de obter o seu aumento para o mês de abril — salientou Paulo Paim.